



BARRACAS
Abrigos improvisados
sob viaduto na região do
Glicério, em São Paulo

Histórias na sarjeta

Leis e projetos municipais preveem atendimento digno e reinserção social da população de rua

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou Sândor Vasconcelos

No ano passado, o paulistano Lucas (nome fictício), de 42 anos, ia de bicicleta para o trabalho, na Vila Guilherme, quando foi atropelado por uma lotação. Ao chegar à empresa, a chefe mandou que ele fosse a um hospital fazer curativos, já que seu rosto estava muito machucado. No dia seguinte, soube por telefone que estava demitido.

Separado da mulher após 15 anos de casamento e sem contato com os dois filhos, Lucas morava sozinho. Com o desemprego, começou a dever os alugueis. Teve também um desentendimento com a irmã e logo “uma depressão, um estresse, neurose”. Foi morar nas calçadas. “Enquanto isso não parar não volto para casa”, conta. Hoje, sobrevive de

doações e bicos, como entregas de gás ou de móveis. A cachaça e os amigos de rua também o ajudam a “segurar o refrão”, segundo ele diz.

Os serviços e programas paulistanos voltados a Lucas e a todas as pessoas em situação de rua são descritos e exigidos pela Lei 12.316/1997. O texto, da ex-vereadora Aldaíza Sposati (PT), obriga o Poder Público municipal a suprir as necessidades básicas e os direitos de cidadania dessa população, com garantia de “dignidade e não violência”.

A lei foi regulamentada pelo Decreto 40.232/2001, que instituiu a Política Municipal de Atendimento à População de Rua na cidade, sob a coordenação da Secretaria Municipal

“A rua é perigosa, é uma sala de aula”

Nascido há 46 anos em Palmeira dos Índios, Alagoas, Sandro mudou-se para Guaianases, na zona leste de São Paulo, há 20. Desde então, trabalhou tanto na varrição de rua quanto na reforma da Catedral da Sé. “São Paulo me deu emprego, casa, família, tudo. Eu que não soube aproveitar”. A culpa de Sandro deve-se ao alcoolismo, que o assombra desde os tempos em que vivia no Nordeste.

Casado e com quatro filhos, Sandro conseguia driblar o vício até que, há seis anos, sofreu um acidente de carro. Ficou seis meses de cadeira de rodas e desde então usa uma sonda para urinar. O trauma mudou sua vida. “Botei na cabeça que iria me cuidar, tirar a sonda e voltar pra casa. Não iria ficar lá doente, sem poder ajudar”. Decidiu viver nas ruas da região central paulistana enquanto

espera pela cirurgia que vai livrá-lo da incômoda sonda.

Sem trabalho, Sandro cuida de sua higiene pessoal no Espaço de Convivência Alcântara Machado, equipamento da Prefeitura voltado à população de rua, e vive de doações. Devido ao vício, não é aceito em albergues nem tem ânimo para participar de programas e bolsas do governo.

Sandro conta que há poucos dias teve de se esquivar de algumas facadas, por conta de R\$ 4. “Deus foi grande e ele não me matou”, diz. “A rua é perigosa, uma sala de aula. Tem traira, traiçoeiro, gente má. Isso é o pior da rua.”

Há cerca de um ano sem qualquer contato com a família, planeja tirar a sonda, arrumar emprego e voltar para casa. “Se ela (a esposa) estiver com outro volto pra Palmeira dos Índios. Mas sentiria saudades de São Paulo, meu pensamento é ficar aqui.”

de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) e envolvimento de pelo menos 12 Secretarias. O documento traz regras detalhadas que devem ser seguidas, por exemplo, por albergues, como proibição de tratamento degradante, vexatório ou humilhante e exigência de alimentação bem acondicionada e supervisionada por nutricionistas, uso de roupas limpas de cama, toalhas de banho e travesseiros individualizados, chuveiros com água quente e espaços de acomodação limpos, seguros e confortáveis.

Entretanto, Carlos Weis, coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), diz que vários desses preceitos não são cumpridos. No atendimento aos moradores de rua são muitas as queixas sobre a precariedade de instalações em albergues. “Eles vêm reclamar das condições dos abrigos, que continuam muito ruins, com alimentação ruim, falta de higiene, chuveiro que não funciona”, relata. As reclamações costumam ser constatadas pessoalmente pelos defensores. Há, ainda, relatos de atritos entre os usuários e a direção dos abrigos, inclusive com expulsões de acolhidos sem justificativa. A Smads informa que vem realizando adequações técnicas e estruturais nos centros de acolhida, seguindo as recomendações da Defensoria Pública.

Para que fiquem claramente estipulados os direitos e os deveres da pessoa que utiliza o albergue, as formas de apuração das irregularidades, punições e direito a recorrer das decisões, Weis sugere manter a Lei 12.316, que “é muito boa”, mas recomenda uma emenda ou uma nova regulamentação que aborde a questão. A sugestão está em debate no Grupo de Trabalho (GT) Vulnerabilidade Social da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), articulado pelo mandato do vereador Ricardo Young (PPS).

ENDEREÇO

O Projeto de Lei (PL) 878/2013, do vereador David Soares (PSD), autoriza o Executivo municipal a criar o endereço



ESTÍMULO

Robson Mendonça, do movimento estadual, emprega bicicletas para população carente

social, no qual moradores de rua, migrantes ou imigrantes sem endereço residencial poderão receber notificações, cartas e contas. “Minha motivação para a proposta foi constatar que para as muitas pessoas sem um endereço domiciliar, por mais que tivessem uma qualificação, não era dada oportunidade de emprego ou mesmo a simples obtenção de documentos”, explica o parlamentar. Soares menciona também a possibilidade de retomar os contatos familiares.

“O governo oferece cursos bons, reconhecidos mundialmente, mas quando o empregador descobre que o candidato é morador de rua, não aceita”, relata Robson Mendonça, que já viveu nas ruas e hoje preside o Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo e com frequência organiza ou participa de eventos e interlocuções sobre o tema na CMSP.

A inserção do público-alvo nos programas de qualificação do Execu-

tivo é abordada pela Lei 15.913/2013, do ex-vereador Alessandro Guedes (PT). O texto, que aguarda regulamentação, cria um programa articulado entre quatro secretarias para fazer a inclusão prioritária da população de rua em habitações temporárias e definitivas, além de prover atendimento de saúde especializado.

Para caracterizar a população de rua, a Lei 15.913 usa a mesma definição dada pelo governo federal: grupo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

O vereador Ricardo Young acredita que muitas empresas estão interessadas em empregar essa parcela desassistida da população, mas con-

corda que ainda existe discriminação: “Os impactos que a população de rua exerce no restante da cidade, às vezes gerando intolerância, deixa essas pessoas ainda mais vulneráveis”.

Para ajudar a romper o bloqueio social, o movimento liderado por Robson Mendonça faz a sua parte: empresta, aos atendidos, 2 bicicletas para transporte de turistas, outras 12 para irem ao trabalho ou realizarem entregas e 2 triciclos para o recolhimento de material reciclável, além de oferecer livros, gratuitamente, em 28 biclotecas – bibliotecas itinerantes.

REABILITAÇÃO

Para a professora doutora Maria Helena Rocha Antuniassi, diretora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru) da Universidade de São Paulo (USP), grande parte das pessoas está nas ruas por causa de drogas ou “tem droga na história de vida”. Ela coordenou em 2011 o estudo Ruptura, Desemprego e



INFORMAÇÃO

Para o vereador Ricardo Young, intolerância aumenta a vulnerabilidade das pessoas de rua

“Tenho medo de colocarem fogo em mim”

Vivendo desde 1976 em São Paulo, Mario nasceu bem longe daqui: em Guanajuato, no México. Hoje com 61 anos e separado há cinco da esposa, com quem tem dois filhos, acabou na rua, de onde tira o sustento recolhendo e vendendo recicláveis.

A rotina é pesada. Acorda por volta das 7h e trabalha até o cair da noite. Conta com a ajuda da atual companheira, com quem vive há dois anos. Sul-africana nascida em Pretória (capital administrativa), ela vive nas ruas brasileiras há três anos.

Após um dia cheio puxando a carroça, Mario diz que “arruma um troquinho”. “Às vezes recolho uns 200 quilos”, conta, e reclama que o preço caiu muito: “Hoje eu ganhei R\$ 50”.

Para esquecer a vida dura, ele diz beber um “golito”.

Por duas vezes, Mario tentou ficar em albergue, mas não se acostumou por conta dos horários rígidos: “Na rua há perigo, mas a gente fica mais livre”. E qual o maior perigo? “Não brigo com ninguém, mas tenho medo de colocarem fogo em mim. Em todo lugar tem safado.”

Para o futuro, a única certeza de Mario é que pretende sair das ruas. A companheira deve voltar para a África do Sul no fim do ano. “Ela vai e eu fico. Continuo trabalhando, consigo viver”. Os filhos vivem em Poá (região metropolitana de São Paulo) e os irmãos em Jalisco, no México. Voltaria para a terra natal? “Pretendo ir, mas só pra passear, se Deus quiser.”



SAÚDE
Vereador Jean Madeira, da Frente Parlamentar de Combate à Dependência Química: “Álcool inibe fome e frio”

Solidão: Relatos de Acolhidos nos Serviços de Assistência Social na Cidade de São Paulo, a pedido da Smads. Foram 382 entrevistados, que passavam parte do dia ou 24 horas em albergues paulistanos.

No estudo, a equipe do Ceru encontrou jovens que se revoltaram com a pobreza na família de origem, saíram de casa e encontraram o vício. Conversou, também, com mulheres que saem de casa ou expulsam o companheiro por violência, bebida ou falta de emprego: “Quando o marido é de idade, não tem mais a família de origem e perde a família constituída, fica sem chão e pode ir para as drogas”. Entre os ouvidos, 41% bebiam ou se drogavam todos os



CARTAS
Projeto do vereador David Soares cria endereço para moradores de rua receberem correspondências

dias. A maioria enfrenta a pobreza e conflitos na família.

A Frente Parlamentar de Saúde Mental e Combate à Dependência Química da CMSP, composta por vereadores, especialistas, acadêmicos e entidades, monitora propostas de lei e a execução de políticas públicas sobre prevenção e amparo – social e ambulatorial – a dependentes químicos ou com doença mental. “Cuidamos para que a droga não entre nos albergues. Muitos moradores de rua, inclusive crianças, não usam porque são dependentes, mas porque o álcool inibe a fome e o frio”, diz Jean Madeira (PRB). Também compõem o grupo os parlamentares Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Coronel

Telhada, Eduardo Tuma, Floriano Pesaro, Gilson Barreto, Mário Covas Neto e Patrícia Bezerra, todos do PSDB, além de Calvo (PMDB) e Paulo Frange (PTB).

A reabilitação das pessoas em situação de rua está prevista em dois projetos de lei que tramitam na Câmara. O PL 859/2007, dos vereadores Floriano Pesaro (PSDB) e Marta Costa (PSD) e da ex-vereadora Mara Gabrilli (PSDB), institui o Programa Equilíbrio, que dá diagnóstico e tratamento psicossocial a crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social, em situação de rua ou em abrigos e Centros de Referência da Criança e do Adolescente. O objetivo é reintegrar as crianças e jovens às suas



CIDADANIA
Defensores públicos atendem pessoa em situação de rua em São Paulo

“Eles vivem o fracasso de forma exacerbada”

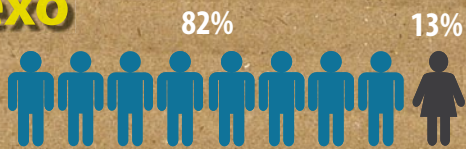
A formação em psiquiatria não foi suficiente para Flávio Falcone, de 34 anos. À ciência, ele adicionou a arte da dança e a dos palhaços para achar o riso no mundo das sombras e se aproximar dos que habitam as ruas paulistanas. “O palhaço mora no fracasso e é por isso que o público se identifica e alivia a própria desgraça ao rir da desgraça alheia”, explica Falcone, que visita principalmente o público da Cracolândia (na região central de São Paulo), a quem diverte e orienta sobre possíveis tratamentos. “Essa população vive, de forma muito exacerbada, o fracasso em diversos aspectos na vida: relações familiares, profissionais...”, conta o médico, que vê depressão em grande parte da sua plateia.

Por meio da arte, Flávio Falcone transformou diversos casos de “autoabandono”, com “um certo suicídio social”, em vontade de “viver de novo”. Agora, o psiquiatra elabora uma peça de teatro para prevenir o uso de drogas com o apoio de uma instituição que, com ele, participa do Grupo de Trabalho Vulnerabilidade Social da CMSP, articulado pelo mandato do vereador Ricardo Young e integrado por representantes de empresas e de entidades, artistas e pessoas em situação de rua. O grupo possibilita parcerias, debate políticas públicas, subsidia o Legislativo e monitora a ação do Executivo em relação a moradores de rua e dependentes químicos.



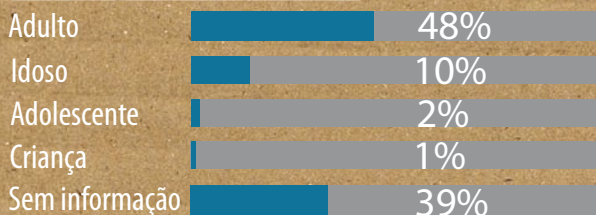
POPULAÇÃO DE RUA EM SP

Sexo

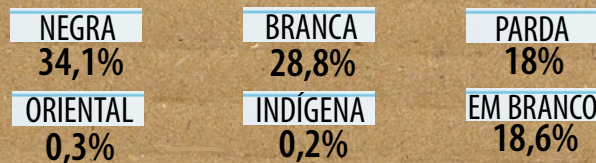


Sem informação: 5%

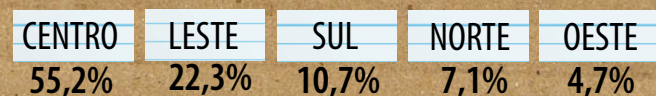
Grupo etário



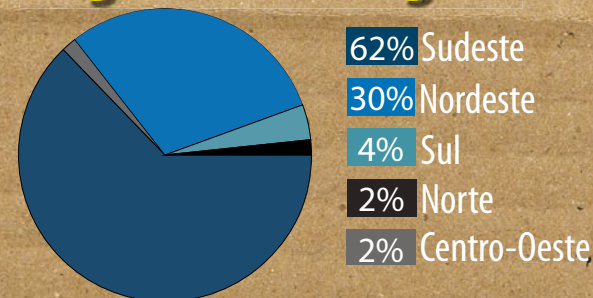
Cor



Onde vive



Regiões de origem



Fonte: Censo Smaids/FESPSP 2011

famílias, assim como assegurar o retorno às atividades escolares e evitar o retorno às ruas. A ação envolve educadores, psicólogos e assistentes sociais, considerando também o papel dos familiares na recuperação e proteção dos atendidos pelo programa.

O PL 245/2009, do vereador Gilson Barreto (PSDB), cria o Centro de Reabilitação de Cidadania (Creca) em cada região da cidade para acolher os moradores de rua e dar atendimento psicológico e psiquiátrico, capacitação profissional, área para prática esportiva e horta comunitária. “O morador de rua permanecerá no Creca até que esteja apto à reintegração social”, diz a justificativa do projeto.

Um programa de educação ambiental e de proteção animal voltado a meninos e meninas de rua está previsto no PL 409/2005, do vereador Aurélio Nomura (PSDB). Outro projeto da Casa, o 350/1994, do vereador Arselino Tatto (PT), anula a Lei 11.623/1994, que prevê desocupação das áreas não utilizadas pela Prefeitura embaixo dos viadutos e pontes do Município, para outorga a entidades que explorem o estacionamento de veículos ou instalem suas obras sociais ou beneficentes.

Para chamar a atenção sobre a questão, os vereadores aprovaram o Dia Municipal da Cultura e Cidadania da População em Situação de Rua, celebrado em 21 de abril, criado pela Lei 15.823/2013, projeto do ex-vereador Chico Macena (PT). Está em tramitação na Casa o Projeto de Lei 113/2014, que cria a Semana de Conscientização sobre Pessoas em Situação de Rua, que abrange campanhas sobre os direitos dessa população, entre outros aspectos. O PL é do vereador Toninho Vespoli (PSOL).

SAIBA MAIS

Serviço

Atendimento jurídico à pessoa em situação de rua da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) e da Defensoria Pública da União na cidade de São Paulo (DPU-SP)

Rua Riachuelo, 268, às terças e quintas, das 8h às 12h

Site

Movimento Estadual da População em Situação de Rua
www.bicicloteca.com.br

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

/RevistaApartes @RevistaApartes